

**2020**

**LIÇÕES DE DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL**

Carlos Henrique Soares

**2ª EDIÇÃO**





Belo Horizonte | São Paulo  
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
 Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
 Copyright © 2020, Carlos Henrique Soares

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Letícia Robini

*Diagramação* Enzo Zaqueu Prates

1175409

#### Catálogo na Publicação (CIP)

S676 Soares, Carlos Henrique  
 Lições de direito processual civil / Carlos Henrique Soares. - 2. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
 786 p.

ISBN 978-65-5589-026-6

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDDir: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# Sumário

<b>1. Direito e Processo</b> .....	<b>17</b>
1.1. Direito material e direito Processual.....	17
1.2. Teoria geral do processo civil.....	18
1.3. Estado democrático de Direito.....	19
<b>2. Fontes do direito processual</b> .....	<b>23</b>
2.1. Lei processual.....	23
2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência.....	24
2.3. Enunciado de súmula.....	24
2.4. Precedentes judiciais.....	27
<b>3. Técnicas de resolução de conflitos</b> .....	<b>31</b>
3.1. Autotutela.....	31
3.2. Autocomposição (conciliação).....	33
3.3. Heterocomposição (mediação).....	33
3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira.....	34
3.4. Heterocomposição (Arbitragem).....	41
3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira.....	43
3.5. Jurisdição.....	54
3.6. Processo.....	58
<b>4. Teorias do processo</b> .....	<b>59</b>
4.1. Teoria do processo como contrato.....	59
4.2. Teoria do processo como quase-contrato.....	60

4.3. Teoria do processo como relação jurídica.....	60
4.4. Teoria do processo como situação jurídica.....	65
4.5. Teoria do processo como instituição.....	68
4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	69
4.7. Teoria do processo constitucional.....	72
4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo.....	75
<b>5. Normas fundamentais do processo civil.....</b>	<b>77</b>
5.1. Estado democrático de direito e processo.....	77
5.2. Acesso à jurisdição.....	82
5.3. Inércia procedimental e jurisdicional.....	88
5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos.....	89
5.5. Duração razoável do processo.....	90
5.6. Primazia da decisão de mérito.....	97
5.7. Lealdade processual.....	99
5.8. Contraditório.....	105
5.9. Ampla defesa.....	108
5.10. Isonomia.....	111
5.11. Devido processo legal.....	112
5.12. Cooperação processual.....	115
5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais.....	118
5.14. Ponderação nas decisões judiciais.....	121
5.15. Publicidade.....	122
5.16. Influência e vedação de decisão surpresa.....	122
5.17. Duplo grau de jurisdição.....	125
5.18. Ordem cronológica de julgamento.....	129
5.19. Oralidade.....	130
5.20. Informalismo.....	130
<b>6. Decisão Justa.....</b>	<b>133</b>
6.1. Kelsen e a “decisão justa” – uma questão de validade.....	133
6.2. Dworkin e a “decisão justa” uma questão de integridade.....	138
6.3. Rawls e a “decisão justa” – uma questão de equidade.....	146
6.4. Habermas e “decisão justa” – uma questão de legitimidade.....	151
6.5. Teoria processual da decisão jurídica – Rosemiro Pereira Leal.....	161

<b>7. Ativismo judicial</b> .....	<b>167</b>
<b>8. Garantismo processual</b> .....	<b>171</b>
<b>9. Norma processual</b> .....	<b>177</b>
9.1. Conceito.....	177
9.2. Lei processual no tempo.....	178
9.3. Lei processual no espaço.....	178
9.4. Interpretação da lei processual.....	179
<b>10. Ação e direito-de-ação</b> .....	<b>181</b>
10.1. Teoria imanentista ou civilista da ação.....	184
10.2. Teoria da ação como direito autônomo.....	184
10.3. Teoria da ação como direito concreto.....	185
10.4. Teoria da ação como direito abstrato.....	185
10.5. Teoria da ação como direito potestativo.....	186
10.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari.....	187
10.7. Teoria eclética da ação de Liebman.....	188
10.8. Teoria da ação como procedimento.....	189
10.9. Direito constitucional ao direito-de-ação.....	190
10.10. Elementos configurativos do procedimento (ação).....	192
10.11. Elementos estruturais do procedimento (ação).....	193
10.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais).....	193
10.11.2. Matéria de ação (condições da ação).....	197
10.12. Matéria de mérito.....	200
10.13. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação.....	201
<b>11. Jurisdição</b> .....	<b>203</b>
11.1. Juiz.....	203
11.2. Normas constitucionais jurisdicionais.....	204
11.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional.....	207
11.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição.....	210
11.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional.....	212

11.6. Deveres do juiz.....	213
11.7. Funções jurisdicionais.....	215
11.8. Pronunciamentos jurisdicionais.....	219
11.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional.....	222
11.10. Atividade jurisdicional e crime de abuso de autoridade.....	223
11.11. Impedimento e suspeição do juiz.....	230
<b>12. Competência.....</b>	<b>241</b>
12.1. Conceito.....	241
12.2. Limites da jurisdição brasileira.....	242
12.3. Cooperação nacional e internacional.....	245
12.4. Competência interna.....	250
12.5. Modificação da competência.....	265
12.6. Incompetência do juízo.....	268
12.7. Conflito de competência.....	270
<b>13. Sujeitos processuais.....</b>	<b>275</b>
13.1. Juiz.....	275
13.2. Partes.....	277
13.2.1. Conceito de partes.....	277
13.2.2. Capacidade para ser parte.....	280
13.2.3. Representação e assistência da parte.....	280
13.2.4. Legitimidade e interesse.....	285
13.2.5. Direitos e deveres das partes.....	286
13.2.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé.....	291
13.2.7. Sucessão das partes.....	294
13.2.8. Gratuidade de Justiça.....	297
13.2.9. Litisconsórcio.....	306
13.3. Advogados.....	314
13.3.1. Breves considerações.....	314
13.3.2. Procuração.....	325
13.3.3. Capacidade postulatória.....	327
13.3.4. Direitos e deveres do advogado.....	331
13.3.5. Sucessão dos procuradores.....	334

13.3.6. Defensoria Pública.....	337
13.4. Ministério Público.....	343
13.5. Terceiros e hipóteses de intervenção.....	353
13.5.1. Assistência.....	355
13.5.2. Denúnciação da lide.....	361
13.5.3. Chamamento ao processo.....	365
13.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	367
13.5.5. <i>Amicus Curiae</i> .....	375
13.6. Auxiliares do juízo.....	379
13.6.1. Escrivão ou chefe de secretária.....	379
13.6.2. Oficial de justiça.....	380
13.6.3. Perito.....	381
13.6.4. Depositário e administrador.....	382
13.6.5. Intérprete ou tradutor.....	383
13.6.6. Conciliadores e mediadores.....	383
<b>14. Atos Processuais.....</b>	<b>389</b>
14.1. Informalismo dos atos processuais.....	390
14.2. Publicidade dos atos processuais.....	391
14.3. Uso obrigatório do vernáculo.....	393
14.4. Convenções processuais.....	393
14.5. Meios de expressão dos atos processuais.....	398
14.6. Prática eletrônica dos atos processuais.....	398
14.7. Atos das partes.....	404
14.8. Atos do juiz.....	405
14.9. Atos dos auxiliares do juízo.....	406
14.10. Tempo e lugar dos atos processuais.....	408
14.11. Prazos.....	411
14.12. Comunicação dos atos processuais.....	421
14.13. Nulidades processuais.....	424
<b>15. Processo de conhecimento.....</b>	<b>429</b>
15.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	429
15.2. Escolha do procedimento.....	436

15.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento.....	437
15.3.1. Formação do procedimento.....	437
15.3.2. Suspensão do procedimento.....	440
15.3.3. Resolução do procedimento.....	450
15.3.3.1. Extinção do procedimento com a resolução do mérito.....	451
15.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito.....	455
15.4. Primazia da decisão de mérito.....	464
<b>16. Fase postulatória.....</b>	<b>467</b>
16.1. Petição inicial.....	467
16.1.1. Deferimento da petição inicial.....	476
16.1.2. Emenda da petição inicial.....	477
16.1.3. Indeferimento da petição inicial.....	478
16.1.4. Julgamento liminar de improcedência.....	479
16.2. Tutelas provisórias.....	482
16.2.1. Conceito.....	482
16.2.2. Espécies de tutelas provisórias.....	482
16.2.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias.....	483
16.2.4. Tutela provisória liminar.....	484
16.2.5. Momentos para se requerer a tutela provisória de urgência.....	485
16.2.6. Poder geral de cautela.....	487
16.2.7. Características das tutelas provisórias.....	488
16.2.8. Cumprimento das as tutelas provisórias.....	490
16.2.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias.....	492
16.2.10. Legitimidade para as tutelas provisórias.....	493
16.2.11. Competência.....	494
16.2.12. Tutela provisória de urgência.....	494
16.2.12.1. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	498
16.2.12.2. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	501
16.2.13. Tutela provisória da evidência.....	502



16.2.13.1. Breves considerações .....	502
16.2.13.2. Tutela da evidência - conceito .....	503
16.2.13.3. Características da tutela da evidência .....	505
16.2.13.4. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência .....	506
16.3. Citação e intimações .....	509
16.4. Audiência de conciliação ou de mediação .....	518
16.5. Manifestações do réu .....	525
16.5.1. Reconhecimento da procedência do pedido .....	527
16.5.2. Requerimento para limitação do litisconsórcio facultativo .....	528
16.5.3. Contestação .....	529
16.5.4. Reconvenção .....	547
16.5.5. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz .....	551
16.6. Revelia .....	554
16.7. Atividades judiciais após a manifestação do réu (providências preliminares) .....	559
16.8. Julgamento conforme o estado do processo .....	562
<b>17. Fase do saneamento e da organização do processo .....</b>	<b>567</b>
<b>18. Fase probatória .....</b>	<b>577</b>
18.1. Conceito de prova .....	577
18.2. Valoração e valorização da prova .....	579
18.3. Evolução dos sistemas de provas .....	579
18.4. Verdade formal e verdade real .....	580
18.5. Verdade, prova e processo constitucional .....	583
18.6. Meios de prova e objeto de prova .....	585
18.7. Regras processuais sobre a prova .....	587
18.8. Fases lógicas do procedimento da prova .....	590
18.9. Prova emprestada .....	591
18.10. Ônus de prova .....	592
18.11. Fatos que independem de prova .....	594
18.12. Interpretação dos elementos de prova .....	595

18.13. Destinatário da prova.....	596
18.14. Prova da existência de legislação.....	597
18.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória ou auxílio direito.....	598
18.16. Dever de colaboração.....	599
18.17. Momento de produção de prova.....	599
18.18. Produção antecipada de prova.....	600
18.19. Ata Notarial.....	607
18.20. Provas em espécie.....	607
18.20.1. Depoimento pessoal.....	608
18.20.2. Confissão.....	611
18.20.3. Exibição de documento ou coisa.....	614
18.20.4. Prova documental.....	618
18.20.5. Prova testemunhal.....	644
18.20.6. Prova pericial.....	662
18.20.7. Inspeção judicial.....	673
<b>19. Audiências.....</b>	<b>677</b>
19.1. Audiência de conciliação e mediação.....	678
19.2. Audiência de justificação.....	678
19.3. Audiência de saneamento e organização do processo.....	679
19.4. Audiência de instrução e julgamento.....	680
<b>20. Fase decisória.....</b>	<b>689</b>
20.1. Conceito de sentença.....	689
20.2. Classificação das sentenças.....	693
20.3. Elementos essenciais da sentença.....	695
20.4. Sentença terminativa.....	695
20.5. Sentença definitiva.....	699
20.6. Primazia da sentença de mérito.....	701
20.7. Fundamentação das decisões judiciais.....	702
20.8. Ponderação nas decisões judiciais.....	707
20.9. Sentença líquida e ilíquida.....	708
20.10. Sentença e pedido.....	709

20.11. Sentença e publicidade.....	710
20.12. Sentença e hipoteca judiciária .....	710
20.13. Sentença e duplo grau de jurisdição obrigatório .....	711
20.14. Sentença cominatórias.....	712
20.15. Sentença com emissão de declaração de vontade.....	715
<b>21. Preclusão e coisa Julgada.....</b>	<b>717</b>
21.1. Preclusão.....	717
21.2. Coisa Julgada.....	719
21.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	741
21.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	741
21.5. Efeito preclusivo da decisão .....	741
21.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	742
21.7. Não fazem coisa julgada.....	742
<b>Referências.....</b>	<b>745</b>